



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0673/08	DATA: 15/05/2008
INÍCIO: 10h43min	TÉRMINO: 12h53min	DURAÇÃO: 02h10min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h10min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ ALTAIR BENITES – Diretor-Geral Substituto e Coordenador-Geral de Operações do Departamento da Polícia Rodoviária Federal.  
PEDRO CAVALCANTI – Presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Estado de Pernambuco.  
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Representante do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais.  
LUIZ ANTÔNIO DE SÁ – Membro do Conselho Nacional de Saúde.  
MARCELO APARECIDO MORENO – Coordenador-Geral de Administração do Departamento de Polícia Federal.  
EDUARDO COIMBRA – Policial ferroviário de Belo Horizonte.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema “Os limites das atribuições constitucionais da Polícia Rodoviária Federal nas estradas e a necessidade de alteração de sua competência, bem como da legislação infraconstitucional que a regulamenta”.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Declaro aberta a 14ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para realização de audiência pública a requerimento deste Presidente para debatermos o tema “os limites das atribuições constitucionais da Polícia Rodoviária Federal nas estradas e a necessidade de alteração de sua competência, bem como da legislação infraconstitucional que a regulamenta”.

Convido para compor a Mesa o Sr. José Altair Gomes Benites, Diretor-Geral Substituto e Coordenador-Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Sr. Marcelo Aparecido Moreno, Coordenador-Geral de Administração do Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Sr. Pedro Cavalcanti, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Pernambuco; e o Sr. Luiz Antônio de Sá, Conselheiro do Conselho Nacional de Saúde.

Informo a V.Exas. que também foi convidado para participar desta audiência o Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, Procurador-Geral da República, que até o presente momento não confirmou sua presença.

Estão todos à Mesa, ou está faltando alguém? (*Pausa.*)

Esclareço que, para ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios: os convidados disporão de 15 minutos cada um — com um pouco de flexibilidade, se for necessário, não se preocupem, dada a importância do assunto. Após as exposições, os Deputados interessados poderão interpelar os convidados. Para isso, peço que se inscrevam previamente junto à Secretaria.

Quando fizemos a proposta de realização desta audiência pública, atendemos a uma série de reclamos que chegaram tanto do meu Estado de Pernambuco, como daqui de Brasília, a respeito do papel, funções e atribuição da nossa querida e estimada Polícia Rodoviária Federal, instituição a que saúdo, em nome desta Comissão e desta Casa. Somos todos testemunhas da dedicação, da competência, da responsabilidade e da tradição de bons serviços da Polícia Rodoviária Federal.

Portanto, é com alegria e, eu diria, é quase como se recebêssemos amigos que realizamos neste instante esta audiência pública.



Não existe aquele que não utilize ou dirija automóvel neste País que não tenha de agradecer os préstimos de todos os senhores e senhoras aqui presentes. Então, é com este espírito que vamos iniciar esta audiência pública.

Concedo inicialmente a palavra, por 15 minutos, ao Sr. José Altair Gomes Benites, Diretor-Geral Substituto e Coordenador-Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

**O SR. JOSÉ ALTAIR GOMES BENITES** - Eu quero cumprimentar o Presidente, os demais Parlamentares, as autoridades, os companheiros, os policiais rodoviários federais e os órgãos classistas que aqui se fazem representar. Agradeço a menção honrosa e elogiosa à nossa instituição e digo que estamos felizes por estarmos aqui para discutir os assuntos que são de interesse da Polícia Rodoviária Federal, mas, muito mais do que isso, são de interesse da Nação. É uma satisfação estarmos aqui. Temos colegas da Polícia Ferroviária Federal e autoridades de outras áreas, aos quais cumprimento também.

Eu tenho uma pequena apresentação, um vídeo institucional, sobre o que faz o Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Com certeza, não os Parlamentares, mas infelizmente muitas pessoas não sabem das nossas atribuições. Muitas pessoas têm a impressão de que a Polícia Rodoviária Federal só sabe atender a chamadas sobre acidente, multar e interceptar veículos. Contudo, nós desempenhamos outras coisas de relevância que gostaríamos de demonstrar a V.Exas. através do vídeo institucional que vou iniciar agora. *(Pausa.)*

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Começo dizendo que temos hoje em atividade no País 9.509 Policiais Rodoviários Federais, 21 Superintendências Regionais e 5 Distritos, que são Superintendências em Estados menores e ainda determinados como Distritos. O projeto futuro é transformar todos os nossos Estados, pois só temos um Estado no País sem representação oficial, que é o Acre, que está subordinado à Superintendência de Rondônia. Além das Regionais citadas, temos 151 Delegacias Regionais e aproximadamente 385 Postos de Fiscalização.

Fazendo um adendo, a Polícia Rodoviária Federal está na Constituição Federal por meio de uma emenda popular. Acho que é a única instituição policial que nela consta por vontade do povo. Na época da pré-Constituinte,



aproximadamente 300 mil assinaturas foram encaminhadas à Assembléia Constituinte. E, posteriormente, ela foi aprovada por, se não me engano, cerca de 430 votos contra 2. Ou seja, foram somente 2 votos contra.

A atividade finalística da instituição é a segurança pública, através da fiscalização, do policiamento e do atendimento. A fiscalização é a abordagem inicial da instituição, o policiamento, que é feito pelos nossos Policiais em serviço. Os atendimentos são feitos principalmente após os acidentes; são os atendimentos às vítimas, quando não conseguimos evitar os acidentes. E essa vertente, a principal da instituição, é a fiscalização do trânsito que fazemos em 61 mil quilômetros de rodovias federais. Portanto, precisaríamos, com certeza, de um efetivo maior. Mas recebemos a notícia hoje da publicação de uma medida provisória aumentando o efetivo da Polícia Rodoviária Federal em 3 mil novos Policiais, que deverão ser incorporados à instituição. Isso trará um ganho à sociedade.

Quando falha a prevenção, que é nosso principal trabalho, temos o atendimento nos locais de acidente. Essa é só uma amostra básica; depois, vou deixar com o Presidente esta apresentação para que ela possa ser analisada. O combate ao tráfico nacional e internacional de drogas é também outra coisa que sempre fizemos, mas agora com mais intensidade. Posteriormente, vamos ver os números dessas ações.

Também trabalhamos, especialmente nas Regiões Nordeste e Norte, no apoio à erradicação de plantações de maconha, como as que existem em Pernambuco. Tive o privilégio e a honra de ser Superintendente da Polícia Rodoviária daquele Estado; então, conheço razoavelmente bem a região. Fiquei 2 anos lá.

Esse é um vídeo que inserimos para que V.Exas. tenham idéia das ações que realizamos em apoio a outras instituições do Governo Federal, do Governo Estadual e de outros órgãos que nos solicitam esse apoio.

O som está prejudicado, mas esse é apenas um pequeno vídeo de 2 minutos que mostra o trabalho de erradicação que realizamos em conjunto com outras instituições da Polícia Federal, no caso, a Polícia Civil do Estado do Pará. *(Pausa.)*

Quero só mostrar esses vídeos.



Esse aí mostra o combate a crimes ambientais, trabalho importante também da Polícia Rodoviária Federal ao longo das rodovias federais, da mesma forma como é eventualmente solicitado por órgãos ambientais em outras regiões. Com certeza, esses vídeos são de locais fora da nossa área de atuação, que são as rodovias federais.

A Polícia Rodoviária também tem apoiado e trabalhado muito no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. É um trabalho de parceria com a OIT e outros organismos internacionais que tem trazido muito bons resultados para a sociedade e visibilidade institucional à nossa corporação.

Essas imagens são do combate ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho. É uma ação realizada basicamente nas Regiões Centro-Oeste e Norte e em alguns pontos do Nordeste. É também um trabalho importante realizado pela instituição. *(Pausa.)*

Esse é um vídeo que reproduz uma operação realizada no Estado do Pará de erradicação do trabalho escravo. Nele V.Exas. podem ver efetivamente uma coisa que ainda traz muita tristeza ao nosso País, mazela que ainda existe entre nós. Então, esse é um trabalho que a Polícia Rodoviária tem feito e no qual tem se envolvido bastante, porque traz muitos benefícios à sociedade.

A Polícia também combate, no dia-a-dia, o roubo de carga e os assaltos a ônibus que acontecem nas rodovias federais. Efetivamente, enfrentamos grande dificuldade em policiar, principalmente na Região Norte, os longos trechos que existem. Então, é uma guerra permanente que a instituição trava quanto ao roubo de cargas e, principalmente, aos assaltos a ônibus que acontecem muito no Norte do País.

A Polícia Rodoviária Federal tem também trabalhado com muita intensidade junto com a Polícia Federal e com a Receita Federal no combate ao contrabando e ao descaminho. A instituição faz parte do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, e todos sabemos que o País seria sobretaxado pelos organismos internacionais caso não fizesse esse combate. Conforme dito por todos, principalmente pelo Conselho, a Polícia Rodoviária Federal realizou relevante trabalho nesse sentido, até porque está 24 horas nas rodovias e nossos Policiais estão aptos e preparados para esse tipo de cooperação com outras instituições. E,



assim, o País não seria penalizado por essas ações, determinação essa feita pela ONU.

Temos aqui alguns números, que passarei depois para conhecimento de V.Exas. No caso do combate a entorpecentes e drogas: em 2004, tivemos 88 unidades de haxixe; em 2005, passou para 52.553; em 2006, para 66.600 mil; em 2007, para 114 mil. Igualmente, a cocaína.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - A unidade de cocaína é quilo?

**O SR. JOSÉ ALTAIR GOMES BENITES** - É quilo.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Haxixe também?

**O SR. JOSÉ ALTAIR GOMES BENITES** - Não, é unidade.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Unidade de quê?

**O SR. JOSÉ ALTAIR GOMES BENITES** - São umas bolinhas que eles usam para... São unidades. No caso da cocaína, são quilos. Então, em 2004, foram 973; em 2005, 2.200... Isso é pasta-base de cocaína. Em 2006, aumentou. Todos podem ver que se trata de uma curva ascendente. Esse é o esforço do trabalho e, principalmente, do treinamento dos nossos Policiais no dia-a-dia. E, em 2007, atingimos 4 toneladas, ou seja, 4.241 kg de pasta-base de cocaína. A entrada é pela Região Oeste, no caso pelos Estados de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. Essas as principais rotas onde essas drogas são apreendidas pela instituição.

O *crack* também é em unidade. Primeiro, eram 46; depois, 182. Como V.Exas. podem ver, aumentou gradativamente até chegar a 2007 com 295. A maconha é em toneladas. Em 2004, foram 36 toneladas apreendidas, em grandes apreensões; inclusive, uma única apreensão foi de uma carreta carregada com, parece-me, vinte e tantos mil quilos. Em 2005, aumentou muito, porque foi uma erradicação em conjunto que foi feita — passou para 235 toneladas; depois, em 2006, foram 46 toneladas; e, em 2007, 43,9 toneladas.

Armas apreendidas. Em 2004, foram 967; em 2005, aumentou para 1.128; 2006, 1476; 2007, 1.500. Também em ascendência. Estabilizou agora, em função da nova lei, que faz com que menos armas transitem.

Igualmente, munições foram apreendidas, basicamente também nessas regiões que eu citei antes, de entrada de drogas, que é a Região Oeste. Foram 80



mil munições em 2004; passou para 94 mil em 2005; 2006 foi o pico, com 117 mil, inclusive munições de arma de guerra, que provavelmente seriam destinadas ao Rio de Janeiro, e que foram apreendidas inclusive durante os Jogos Pan-americanos, na cidades de Angra dos Reis e Parati. Foi uma grande apreensão. Em 2007 deu uma queda, 90 mil.

Medicamentos também têm entrada ilegal; medicamentos transitam ilegalmente basicamente do Paraguai. Foram, em 2004, 120 mil unidades; 2006, 310; e 2007, 322.

Bebidas. São bebidas que entram de contrabando; e aí temos números ascendentes, chegando ao último ano, de 2007, a 169 mil unidades.

Aí, o total de pessoas detidas durante esse período por várias infrações, basicamente roubo de cargas, furto de veículos.

Mandados de prisão foram também ascendentes, e depois deu uma pequena queda. Basicamente, nos últimos 4 anos, foram 66 mil e 900 pessoas presas em flagrante ou por outras razões, como mandado de prisão, detenções que foram feitas ao longo das rodovias federais. A média diária hoje é de 70 a 80 prisões, praticamente, por dia, no trabalho que a instituição faz.

Nós temos aí o total desses 4 anos: 258 mil unidades de haxixe; cocaína, 12 toneladas; *crack*, 628; maconha, 519 toneladas; pés de maconha que foram erradicados, 516 mil; CDs e DVDs, que também são produtos de descaminho e contrabando, a instituição talvez até mais que a própria Receita Federal tenha apreendido: são 19 milhões e 87 mil unidades, nesse período; cigarro, 9 milhões de unidades; combustível adulterado e outras razões: 581 mil litros; informática: 446 mil unidades; eletroeletrônicos, quase 1 milhão; medicamentos, 1 milhão e 22 mil. Em munições, nesses 4 anos, foram apreendidas 483.922 e 7.286 armas. E também carvão, que é crime ambiental, em metros cúbicos; madeira, igualmente; animais silvestres, que também fazemos isso ao longo das rodovias, e, em algumas regiões, até com maior intensidade, especialmente no Nordeste.

Trabalhadores libertados, como já foi mostrado naquele outro vídeo, foram libertados através de ações em conjunto com o Ministério do Trabalho ou em ações isoladas da Polícia Rodoviária Federal. O total foi de 1.782 pessoas.



Veículos furtados e que foram recuperados: 18.532; menores infratores recolhidos também nesse período: 3.143 — sendo que praticamente nos últimos 2 anos foi o maior número.

Total de pessoas detidas, como já vimos no anterior, foram 66.900; e de cargas roubadas que foram recuperadas pela Polícia Rodoviária Federal nesse período: 1.117 cargas.

Isso é uma idéia do que a instituição faz, porque não é somente policiamento de trânsito que a Polícia Rodoviária faz, mas também combate à criminalidade, em apoio a outras instituições ou até no dia-a-dia, no seu trabalho normal.

Também trabalhamos como apoio às instituições. Hoje mesmo temos policiais nossos dando apoio à Polícia Federal e ao DNPM, na Amazônia, na região da Reserva Roosevelt, onde há extração de diamantes. A Polícia Rodoviária Federal tem uma equipe permanente lá, solicitada pelo Ministério da Justiça, ao lado de outras instituições, como as Forças Armadas. Hoje também temos policiais no conflito em Roraima, na Reserva Raposa Serra do Sol.

Portanto, são inúmeras as nossas atribuições. O Departamento tem feito um esforço, e principalmente nos últimos tempos conseguimos o apoio mais direto, especialmente agora, do nosso Ministro Tarso Genro. Uma das conquistas foi o aumento do efetivo, para que possamos combater essas grandes coisas.

E a grande preocupação nossa, principalmente da nossa área operacional, de todos os nossos policiais, Deputados, é a questão da acidentalidade. É uma tragédia! Graças a um grande esforço da instituição, com aumento de frota e com as condições da rodovia, que melhoraram, temos mantido isso estável. Paradoxalmente, houve aumento de acidentes, principalmente quanto à gravidade, porque desenvolvem mais velocidade.

Então, essas são as ações que fazemos no dia-a-dia para conseguirmos minimizar os problemas. E agora, com essa medida aprovada ontem e publicada hoje, que é a do aumento do efetivo não só de policiais, como também de servidores administrativos, vamos ter um ganho.

Era basicamente isso que teria para apresentar. Coloco-me à disposição para ser questionado pelos senhores.

Obrigado. *(Palmas.)*





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Agradeço ao Sr. José Altair Gomes Benites, Diretor-Geral Substituto e Coordenador-Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a participação.

Antes de passar a palavra ao próximo convidado, gostaria de registrar a presença aqui do Sr. Augusto Lima, representando a Polícia Ferroviária Federal de Pernambuco; Sr. Antonio Francisco Leão de Decco, da Polícia Ferroviária Federal do Rio de Janeiro; Sr. Elias Pereira da Silva, da Polícia Ferroviária Federal de São Paulo; Sr. Eduardo Coimbra, da Polícia Ferroviária Federal de Minas Gerais; e Sr. José Luiz da Silva Vaz, da Polícia Ferroviária Federal do Rio Grande Sul.

Temos aqui também presentes inspetores-chefes do policiamento e fiscalização do Brasil — acredito que, no caso, da Polícia Rodoviária Federal. Os senhores inspetores-chefes do policiamento e fiscalização do Brasil estão presentes no plenário, motivo de muita honra e alegria para esta Casa. Sejam todos os senhores e senhoras, repito, muito bem-vindos!

Quero esclarecer à distinta platéia que ontem esta Casa fez serão. Ontem nós fomos até bem tarde e aprovamos mais de 8 projetos de lei, inclusive alguns deles que terão reflexo em vossa atividade, direta ou indiretamente, na área de segurança, na área penal. Tivemos uma janela entre medidas provisórias e corremos para fazer aprovar o maior número possível. Então, numa noite...

Deputado Major Fábio, foram quantos? Oito? Dez? *(Pausa.)* Foram 8.

Então, quero dizer aos senhores que, se não temos aqui uma grande presença de Deputados, temos porém uma bancada altamente qualificada. O Major Fábio, que é oficial da Polícia Militar do Distrito Federal, um dos decanos desta Casa, representante do povo da Bahia, que é o meu querido amigo...

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA** - Félix Mendonça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Félix Mendonça! Eu não poderia esquecer, Félix! É estresse, cansaço mesmo.

E temos também a minha queridíssima representante do Partido dos Trabalhadores...

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - PCdoB. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Para vocês verem como estou hoje.



**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - É o verdadeiro partido dos trabalhadores! (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - De pleno acordo. Mas não está em discussão esse tipo de questão.

Com as credenciais de ter sido Diretor-Geral em 35 anos de Polícia Rodoviária Federal, temos a presença do ilustre Deputado Federal Mauro Lopes e da nossa representante do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB, ou PCdoB/Partido dos Trabalhadores, como vocês queiram, Alice Portugal, que não só ilustra, como também esteticamente ilustra esta audiência pública.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** – Gostaria de pedir uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) – Pois não.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** – Aproveitando inclusive suas palavras delicadas, a respeito da ilustração. Mas a que mais me honra é ser Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal. (*Palmas.*) Sem dúvida, nossa parceria com esta corporação é absolutamente inquebrantável.

Gostaria de parabenizá-los e dizer que os dados que aí foram expostos são reveladores do valor dessa corporação, da sua imensa prestação de serviços à Nação brasileira, e ainda do seu pouco reconhecimento diante da magnitude dos serviços prestados.

Essa Polícia tem sido polivalente, eclética; ela tem sido multidisciplinar na sua ação. Então, está garantindo a segurança nas rodovias brasileiras, e gerando em seu próprio ventre o nascimento da Polícia Ferroviária Federal, com o desenvolvimento das ferrovias no Brasil. E espero que esse renascimento se dê, efetivamente.

Então quero parabenizar todos os membros da Corporação aqui presentes e à sua direção pelos dados que apresentam dos relevantes serviços.

Mas a questão de ordem pedida, Deputado Raul Jungmann, na verdade vem no sentido de dizer que fomos surpreendidos esta manhã quando da publicação do *Diário Oficial* com a tão esperada medida provisória que trata de 17 carreiras e 254 tabelas, negociadas de maneira inédita em mesa democrática neste País. Pela



nossa tabela da PRF, a nossa MP sai com problemas de distorção em relação ao que foi negociado. E isso, de fato, é algo muito sério. A distorção é corrigível, felizmente.

Não vou poder ficar na sessão que tenho que tomar as providências em relação a esse fato. A negociação se deu de maneira penosa. Aqui vejo muitos dirigentes sindicais presentes, membros do Ministério da Justiça, membros da Federação. Aqui ao meu lado está o ilustre Carvalho Maia, que é um dos dirigentes da Federação. Pois bem. A nossa Medida Provisória, de nº 431, não considera a cláusula 4ª do acordo que garante que para provimento, critérios para investidura no cargo de Policial Rodoviário Federal, contemplar-se-ia a exigência de nível superior.

Na verdade, a tabela é muito direta e pragmática, e trata, no seu art. 2º, que a carreira de que trata esta lei é composta do cargo de policial rodoviário de nível intermediário. Na verdade, ela trata da tabela em vigor, e que vem na medida provisória para votação. Mas ela não adianta o que o acordo previu, que é que, a partir dos novos concursos, dos 3 mil cargos que estão garantidos na medida provisória, já se exija o nível superior como critério para investidura no cargo.

Nós queremos garantir isso na medida provisória, já. Não queremos esperar uma nova medida encaminhada pelo Governo a esta Casa. Gostaríamos que o Relator, ou mesmo a Casa Civil, corrigisse isso já.

Quero dizer que, na condição de Presidente da Frente, já falei com o Sr. Duvanier, que é Secretário de Recursos Humanos no Ministério do Planejamento, e que neste momento já deve estar em contato com o Ministro Paulo Bernardo. Já estamos tomando providências para fazer contatos com a Casa Civil, na tentativa de correção disso no nascedouro, ou seja, do envio de uma correção pela Casa Civil; e, caso isso não seja possível, do ponto de vista da técnica parlamentar, que o façamos isso como emenda de Relator, quando da análise da matéria.

Então, quero informar, de viva voz, que estamos tomando essas providências, pedindo desde já o apoio da Comissão de Segurança Pública, caso precisemos de uma ação em plenário, Deputado, Raul Jungmann, para a correção dessa questão, para cumprimos *ipsis litteris* o acordo que foi firmado com muito sacrifício e trabalho nessa mesa de negociação, com a assinatura dos Deputados da Frente Parlamentar suprapartidária, uma das maiores frentes que esta Casa já formou, com mais de 300



Srs. Deputados e Srs. Senadores. Somos testemunhas do acordo e não vamos permitir que ele não seja cumprido no seu integral conteúdo.

Agradeço a abertura do espaço. Peço desculpas ao coletivo da Polícia Rodoviária Federal, a seus convidados e aos convidados da Comissão para esta reunião, porque acredito que o prioritário neste momento seja eu me debruçar sobre a garantia do cumprimento desse acordo.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Deputada Alice Portugal, em primeiro lugar, saúdo a eloqüente e fervorosa defesa desse acordo e, sobretudo, de tudo aquilo que representa uma conquista para todos os nossos convidados aqui presentes.

Em segundo lugar, na qualidade de seu liderado, quero dizer que hipoteco o total apoio desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O meu partido está a seu dispor. Está certo? Aquilo que V.Exa. precisar do PPS, estará a seu dispor, e também este Presidente, no que me seja possível ajudar nessa direção.

Utilizando o jargão "*permissão concedida*", a senhora fique inteiramente à vontade para nos representar a todos e contar com o nosso apoio para fazer com que se cumpra aquilo que foi acordado.

**A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL** - Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - De nada, imagina!  
(*Palmas.*)

Ouçó o nobre e ilustríssimo representante do povo baiano, meu querido amigo Félix Mendonça.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA** - Sr. Presidente, atendendo ao convite de V.Exa., faço parte também da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal, de onde me originei. No começo de minha vida fui engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem e conheço a cultura da Polícia desde seu início, desde sua embrionária formação. E essa embrionária formação transformou-se no que vimos aqui hoje, no que o Coordenador José Benites nos mostrou.



Na verdade, trata-se de um crescimento fantástico junto com o Brasil nas suas múltiplas atividades, as mais sérias e as mais representativas para a segurança do País, para a segurança do cidadão brasileiro. Sem dúvida, esta ação fez crescer aquela embrionária Polícia Rodoviária, que era ligada ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para transformar-se hoje num dos pilares da nossa segurança.

Fui um dos primeiros a comparecer aqui. Estou preocupado com a minha viagem de avião, que já foi marcada. Mas eu julguei... Eu cheguei aqui às 10h em ponto para exatamente ter a oportunidade de contribuir e dizer que estou aqui superpartidariamente, que sou do partido Democratas, que estamos aqui com todos os partidos representados.

Esta reunião está sendo gravada, o significa que todos os debatedores que vão explanar, mesmo que estivesse aqui um só, teríamos conhecimento posteriormente do trabalho e da apresentação feita pelos debatedores.

Sou suplente da Comissão de Segurança, e fiz questão de vir a esta reunião. Também sou Vice...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Vice, mas com foro de titularidade! (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA** - ...na Comissão de Finanças. V.Sas. podem contar com o nosso integral apoio, não só a Polícia Rodoviária Federal, mas também a Polícia Ferroviária. Todos os senhores contam com nosso apoio.

Peço licença para me retirar, pedindo desculpas aos outros debatedores ainda não ouvidos. Mas estou aqui firme, como também lá na Comissão, para defendê-los.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Como no caso anterior, ainda que lamentando a permissão concedida... Mas o Deputado Félix Mendonça disse uma coisa importante. É evidente que gostaríamos de contar com o maior número expressivo de Parlamentares, mas esta audiência se faz perante o Parlamento brasileiro, perante o Congresso Nacional. Todos os depoimentos serão transcritos, tornados públicos, constarão do *site* da Casa, serão distribuídos para



todos os membros desta Comissão, e passam, evidentemente, a ser um documento da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional brasileiro. Evidentemente, a partir daquilo que apurarmos aqui, estaremos não só esclarecendo o Congresso Nacional, não apenas na presença dos que aqui estão, mas na dos demais que ulteriormente tomarão conhecimento de tudo o que aqui for debatido; como também, evidentemente, teremos condições e diretrizes para levar adiante um trabalho no sentido do fortalecimento dessa instituição que, por todos os títulos, e tudo aquilo que aqui já foi dito, é motivo de muito carinho e de muito reconhecimento por parte de todos nós.

Ouçó o Deputado Mauro Lopes.

**O SR. DEPUTADO MAURO LOPES** - Sr. Presidente, com alegria estou aqui; e ela é renovada, porque quem é policial, mesmo aposentado, continua com o sentimento de patrulhamento, de policiamento, salvando vidas nas rodovias brasileiras. Completei 35 anos. Mas sinto-me realmente preocupado, porque a Polícia Rodoviária Federal, com o crescimento, com o transporte de bens, de pessoas, e esta evolução que está ocorrendo no Brasil todo, tem recebido atribuições de todas as formas, inclusive as que não estão contempladas na Constituição, que são atribuições dadas através de decreto. Mas o decreto, pela hierarquia das leis, não suplanta a Constituição. Precisaríamos, realmente, contemplar essas atribuições na Constituição brasileira.

Com esta preocupação é que foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a PEC nº 248, de 2004, de minha autoria, que hoje aguarda para ser votada em plenário. Mas, devido a esse problema de trancamento da pauta, em função do envio de medidas provisórias, ainda não tivemos condição de votá-la. Mas tenho certeza de que, com V.Exa. presidindo esta Comissão, teremos muita força nessa ajuda, no sentido de ir ao plenário e, fazendo com que seja alterado esse texto na Constituição, dar à Polícia Rodoviária Federal a atribuição de policiamento. Porque hoje ela só faz patrulhamento. No entanto, no *Aurélio* lê-se que patrulhamento é algo completamente diferente de policiamento. Patrulhamento é fazer patrulhas, salvar pessoas em perigo etc. Acontece que fazemos muitas atividades de policiamento, inclusive no combate ao narcotráfico, no combate ao



contrabando, além de uma série de atividades de policiamento e de combate a crimes que ocorrem nas rodovias brasileiras.

Lembro que isso está sendo modificado através de um decreto. Mas, se alguém questionar constitucionalmente, isso pode trazer problemas para a Polícia Rodoviária.

É imprescindível essa atividade exercida pela Polícia Rodoviária. A cada dia que passa — vejo isso, tenho acompanhado isso em reuniões de que participo —, ela se aprimora a cada dia. Fui o primeiro Diretor-Geral da Polícia, de carreira. Com muitas dificuldades, criamos o quadro de diretores. E, apesar da pouca experiência, isso foi evoluindo a cada dia. Hoje temos doutores, especialistas dentro da Polícia Rodoviária, com um gerenciamento fantástico!

Por esse motivo quero parabenizá-lo, Benites! Peço que leve ao Diretor-Geral meu encantamento, porque tenho visto um trabalho fantástico nas rodovias!

Nesses feriados passados, fiquei encantado porque vi policiamento com viaturas ao longo das rodovias e helicópteros postados em locais de maior movimentação. Fiquei vibrando! Eu, que ando muito pelas estradas, fiquei encantado!

Sr. Presidente, a PEC altera a redação do art. 144, § 2º, da Constituição Federal, dispondo sobre a Polícia Rodoviária Federal. E ela diz o seguinte:

*“As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:*

*O § 2º do art. 144, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*§ 2º. A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao policiamento e patrulhamento ostensivo das rodovias federais.”*

Por que, antes, era só patrulhamento, e não policiamento? Corria-se o risco de qualquer atividade de policiamento ter problema de competência tanto com a Polícia Militar quanto com a Polícia Federal. Mantivemos o patrulhamento, porque



nossa função é exatamente o patrulhamento permanente, é fazer rondas. E acrescentamos o policiamento. A justificativa é que o texto constitucional, no art. 144, § 2º, atribui à Polícia Rodoviária Federal o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Já no § 5º atribui às polícias militares, órgãos estaduais, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Deputado, Mauro Lopes dado o problema de tempo, eu pediria, por uma questão de...

**O SR. DEPUTADO MAURO LOPES** - Sr. Presidente, serei breve, para que possamos fazer a discussão.

O parecer da Advocacia-Geral da União entendeu que realmente temos que fazer essa alteração. Vê-se, assim, que a legislação, tanto a constitucional quanto a de infra-estrutura, deixa dúvidas quanto à real competência da Polícia Rodoviária Federal, em relação à sua atividade da segurança pública, embora a AGU a reconheça como sendo uma das exceções constitucionais, como em relação às polícias militares.

Tendo em vista a ambigüidade de entendimentos, propõe-se, por essa PEC, que se adotem ambos os termos, policiamento e patrulhamento ostensivos, na competência da Polícia Rodoviária Federal, de modo a sanar possíveis dúvidas no futuro. Então, realmente, essa PEC é muito importante para a Polícia Rodoviária Federal.

Faremos um trabalho conjunto. Como sou membro desta Comissão, sendo capitaneado por V.Exa., Sr. Presidente, de larga experiência e tendo um conceito muito grande nesta Casa, quero pedir prioridade para que possamos aprovar essa alteração na Constituição, no sentido de que a Polícia tenha amplitude no seu trabalho benéfico para o País.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito bem, ilustre Deputado Mauro Lopes. Tenho certeza de que V.Exa. deu contribuição de qualidade a esta nossa audiência pública, pelo que agradeço. Conte com o nosso apoio.

Passo a palavra ao segundo convidado para que faça sua apresentação, o Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários de Pernambuco, Sr. Pedro Calvacanti, já que o Sr. Marcelo Aparecido Moreno, Coordenador-Geral de





Administração do Departamento de Polícia Rodoviária Federal se disse contemplado com a exposição do Coordenador-Geral de Operações, José Altair Gomes Benites. Ele se dispõe a participar efetivamente do debate, na continuidade, mas entende que exposição preliminar feita pelo Sr. José Altair o contempla naquilo que teria a dizer.

Passo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Pedro Cavalcanti, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Pernambuco.

**O SR. PEDRO CAVALCANTI** - Sr. Presidente, inicialmente, quero agradecer aos colegas pela presença. Sinto-me muito satisfeito porque sindicato se faz com representação. A força do meio sindical está com vocês aqui! Agradeço aos coordenadores e chefes de policiamento pela presença maciça, o que demonstra que, quanto a essa matéria, há uma sintonia grande entre departamento e sindicato.

Agradeço ao nobre e excelentíssimo Deputado Raul Jungmann, que acolheu nosso pedido. Já havíamos tratado com S.Exa. algumas vezes. O colega Arruda, nosso Diretor Jurídico, procurou S.Exa. no sentido do encaminhamento que teríamos. E sua larga experiência nos conduziu a esta audiência pública. Fico muito grato, porque os pernambucanos sabem que V.Exa. é um Deputado aguerrido. E tenho respeito pela passagem de V.Exa. no Ministério, em que demonstrou ser um Ministro firme. Temos uma lembrança muito grata de V.Exa. quando ocupava a Pasta de Ministro. Transmitirei aos policiais pernambucanos o teor desta audiência, para que tomem conhecimento do espaço que V.Exa. nos deu.

A apresentação do Sindicato vai ser feita pelo colega Siqueira Campos, que entendo ser uma das pessoas mais qualificadas entre nós. Tanto o Siqueira quanto o colega Tiago Arruda são as pessoas mais habilitadas para tratar do tema.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** - Bom-dia, Exmo. Sr. Deputado Presidente da Comissão, em nome de quem cumprimento todas as demais autoridades presentes, caros colegas, eu queria, antes de começar a falar sobre o tema que me cabe, dizer do imenso orgulho pessoal que sinto neste momento. Mas queria dizer também que junto a esse orgulho me é lançada sobre os ombros uma imensa responsabilidade, que deriva da magnitude do tema e da importância do meio onde ele deve ser exposto. Portanto, eu queria pedir que qualquer embargo na voz, qualquer problema na verbalização seja creditado única e exclusivamente ao



nervosismo, que é notório e que não poderia deixar de existir em momentos como este.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Não se preocupe, porque temos o Departamento Médico, que é muito eficiente. Então, fique absolutamente tranqüilo.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** - Não chega a tanto.

Vamos, sem maiores demoras, falar um pouco sobre o que nos cabe.

É preciso dizer que o objetivo aqui não é, em hipótese nenhuma, esgotar o tema; pelo contrário, o objetivo é lançar o tema à discussão, iniciar a discussão e a análise das questões que serão aqui levantadas.

A grande questão é a atuação da Polícia Rodoviária Federal como força ostensiva da União. Em primeiro lugar, cabe que mencionemos que a Polícia Rodoviária, embora já tenha uma longa existência, já exista no cenário da administração pública há 80 anos — está completando 80 anos este ano —, existe como força de segurança pública há meros 20 anos.

Foi encartada no cenário da segurança pública com a Constituinte, como bem lembrou o Inspetor Benites, e faz parte do Sistema Nacional de Segurança Pública por força do disposto no art. 144 da Constituição Federal, tendo a sua competência disposta no § 2º, que diz que compete à instituição o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Além disso, é ente integrante do Sistema Nacional de Trânsito, fazendo parte de toda uma gama de entes e órgãos que compõem aquele sistema, por força do disposto no art. 7º da Lei nº 9.503, de 1997, em cujo inciso V consta também a competência para o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública.

Atualmente, a polícia também representa o Ministério da Justiça no próprio Conselho Nacional do Trânsito, em virtude dos comandos da Medida Provisória nº 415, de 2008, aquela MP, como todos conhecem, que trata da proibição da comercialização de bebidas alcólicas em rodovias e estradas federais.

Não é necessário dizer que o âmbito de atuação legalmente estabelecido para a Polícia Rodoviária Federal são as estradas e rodovias federais, de forma que ela se encontra situada no mais importante corredor de pessoas e riquezas de nossa Nação, em vista do modelo de transporte utilizado.



Para policiar essas áreas, a Polícia Rodoviária Federal contava com 9.412 policiais. Parece-me que esse dado já foi alterado, o Inspetor Benites trouxe um dado mais recente: são 9.509 policiais distribuídos em uma estrutura que conta com 21 superintendências regionais e 5 distritos. Esse efetivo é distribuído de forma não linear, de forma não uniforme para atender as peculiaridades locais.

Temos hoje 50% desse efetivo espalhado nas 10 maiores unidades da Federação, enquanto 15% estão concentrados nas 10 menores unidades, nos 10 menores Estados. Isso se deve às peculiaridades de tráfego local.

Para se ter uma idéia, em São Paulo, o policial rodoviário vai encontrar 11 mil veículos por quilômetro de malha viária federal, enquanto em Roraima esse número é apenas 44. Fazendo uma outra comparação, cada equipe de 2 PRFs, o efetivo mínimo de policiamento, encontrará 222 veículos por cada quilômetro de rodovia na sua atuação em Brasília, enquanto no Pará esse número é de apenas 2,65 veículos por quilômetro. Daí a necessidade de haver uma não linearidade na distribuição de efetivo. Essa não linearidade visa atender justamente essas peculiaridades locais.

O único cargo atualmente existente no Departamento de Polícia Rodoviária Federal é exatamente o de policial rodoviário, que é regido pela Lei nº 9.654, de 1998. Esperávamos, como bem lembrou a Deputada Alice Portugal, que nessa medida provisória publicada hoje passasse a ser exigido nível superior para seu ingresso.

Sendo o único cargo, parte do efetivo da corporação encontra-se deslocada para atividade administrativa e o restante reveza-se em escalas de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso, trabalhando ininterruptamente 7 dias por semana e 365 dias por ano.

Esse efetivo é o primeiro problema que aflige a Polícia Rodoviária Federal. Ela hoje sofre da síndrome do cobertor curto. É reconhecida quase que unanimemente pela própria Administração Federal — o Tribunal de Contas da União já emitiu parecer a esse respeito — a insuficiência do efetivo da polícia e a necessidade de, pelo menos, dobrá-lo. Essa deficiência de efetivo faz com que tenhamos hoje, em cada equipe, um policial fazendo o apoio fixo e em média 2 policiais em atividade de ronda por equipe, o que é insuficiente.



Além disso, em suas atividades o policial rodoviário vai desempenhar a fiscalização de trânsito e transporte, o resgate de vítimas e atendimento a acidentes e o policiamento ostensivo. É uma gama de atribuições simplesmente impossível de ser atendida com o efetivo que temos hoje.

Essa impossibilidade é ainda maior quando passamos a analisar os gráficos que contemplam a situação viária e vemos que, nos últimos 12 anos, ou seja, de 1996 até 2008, houve um crescimento de 81,5% no número de veículos em circulação na malha viária e de 43,89% na própria malha rodoviária federal, enquanto o quantitativo de policiais rodoviários federais no mesmo período cresceu apenas 5,04%. Esse efetivo, que já era inadequado, já era insuficiente em 1996, hoje é ainda mais inadequado. A inadequação cresceu exponencialmente.

Entretanto, a despeito desse fato, os números apresentados pela Polícia Rodoviária Federal são dignos de nota. Houve uma melhora na prestação de serviço à sociedade, o que se deve basicamente a 3 fatores: primeiro, o próprio aumento da demanda por ações de combate ao crime, o que fez com que a polícia tivesse uma natural inclinação para a atividade de policiamento ostensivo; uma mudança de filosofia de atuação, levada a efeito pelos concursos que aconteceram nesse período, que fez com que houvesse um arejamento da instituição; e a própria mudança de filosofia institucional de aplicação desse efetivo que, embora exista, ainda é tímida.

Houve um investimento maciço em informatização para poder deixar alguns aspectos da atividade a cargo de equipamentos eletrônicos e alocar o policial na atividade de policiamento.

É importante que nos lembremos dos números apresentados pelo Inspetor Benites. Não vou cansar a audiência aqui com a análise detalhada dos gráficos, mas quero apenas chamar a atenção para alguns pontos. Por isso vamos ver um pouquinho dos dados.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Apenas comparando os primeiros trimestres de cada ano entre 2002 e 2008, vamos ver que o número de autuações nesse período subiu 88,91%. Embora o efetivo tenha se mantido basicamente estável e a malha viária e a quantidade de



veículos em circulação tenha aumentado exponencialmente, o número de autuações aumentou quase 100%.

O número de CNHs recolhidas aumentou 107,11%, e a quantidade de veículos fiscalizados aumentou 14,66%. Então, não foi só o aumento de veículos fiscalizados, foi uma melhora na atividade de fiscalização; embora tenha aumentado apenas 14% o número de veículos fiscalizados, a quantidade de autuações aumentou exponencialmente em vista de uma melhora na qualidade da fiscalização.

No mesmo período, o número de resgate e de atendimento a acidentes também teve uma mudança de cenário. Houve um aumento de 25,89% nos registros de acidentes e também de 34,72% no número de vítimas, o que não é motivo para se comemorar; pelo contrário, é de se lamentar.

Nesse período, houve uma mudança no cenário da autuação da Polícia Rodoviária Federal. Os quadros mostram que, das autuações tiradas atualmente, 44% são por meio eletrônico: radares fotográficos e outros equipamentos eletrônicos que compõem o desempenho da atividade.

Alguns dados na atividade de policiamento ostensivo nos primeiros semestres de 2006 a 2008. A apreensão de drogas aumentou 3.996% de 2006 a 2008. A apreensão de armas aumentou 11,28% e a de animais silvestres, 273,68%. O número de pessoas conduzidas aumentou 159,87%. Houve uma diminuição na quantidade de assaltos verificados em rodovias federais de 33,75%, o que notadamente não é por acaso, deve-se a uma maior presença do policial no meio em que deve atuar.

Os senhores já viram esses gráficos. Mas chamo atenção para o número de apreensões de maconha. O Inspetor Benites chamou atenção para o fato de que, em 2005, houve um pico, levando a 235,70 toneladas devido a uma operação de grande vulto. Depois esse número voltou a se estabilizar em pouco mais de 40 toneladas por ano. Realmente, em 2005 houve uma operação, mas esse recrudescimento da quantidade de substância apreendida não se deve apenas à volta da normalidade, mas, sim, a um aumento na atividade de erradicação. Houve menos dessa substância circulando. Em 2005, nós erradicamos zero; em 2006, nós erradicamos 263.459 unidades — 263 mil pés de maconha. Esse número se estabilizou em 252.300 em 2007. A atividade não recrudesciu.



Esses dados os senhores já conhecem, foram apresentados pelo Inspetor Benites. Não são dados novos, e não vou cansá-los com eles. Mas chamo a atenção dos senhores para esse número aqui. Nós evoluímos. Em 2005, 14.463 pessoas foram detidas pela atuação da Polícia Rodoviária Federal. Esse número evoluiu, até que, em 2007, 23.716 pessoas foram detidas pela Polícia Rodoviária Federal. É importante lembrar esse número, porque ele não tem paralelo em nenhuma outra força policial em âmbito federal. Esse número não tem comparação em âmbito federal. O número de menores infratores apreendidos e conduzidos pela Polícia Rodoviária Federal também vem tendo uma curva ascendente.

Em vista dessa atividade de policiamento, de polícia ostensiva, o número de assaltos a ônibus diminuiu. Em 2007, no primeiro trimestre, 102 ocorrências foram registradas, e esse número reduziu para 86. Em relação a assalto a cargas, houve uma redução muito tímida, mas ainda assim houve. O número de assaltos a veículos também caiu. O número de trabalhadores libertados, que, em 2007, foi de 324, caiu para apenas 61. O número de crimes diversos, um número mais digno de nota, diminuiu. O registro de crimes diversos, em 2007, foi 13.396, mas caiu para 2.782.

Essa é uma atuação digna de nota. A Polícia Rodoviária é referência no combate à exploração sexual infanto-juvenil e na fiscalização e garantia do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Há um número crescente de vítimas atendidas. Em 2007, atendemos 80 vítimas; em 2008, 137. No que se refere a menores conduzidos, há também um aumento expressivo, de 166 para 201.

A despeito desses números que mostram a importância da atuação da Polícia Rodoviária Federal e como ela tem feito para, com todas as deficiências e problemas, tentar melhorar a prestação de serviço à sociedade, ela padece hoje de um outro problema, que é uma crise existencial — não crise existencial no sentido clássico de não saber qual a sua destinação, mas uma ameaça a sua existência. Cresce, em número, o surgimento de muitas PECs no Congresso Nacional propondo a unificação das polícias em âmbito federal, o que acabaria por destruir a identidade da corporação.

A título de exemplo, podemos citar a PEC nº 613, de 1998, a PEC nº 21, de 2005, e a PEC nº 499, de 2006. Essas PECs, embora existam diferenças em seus textos, compartilham o mesmo fundamento, a mesma argumentação básica de que



uma polícia unificada seria mais eficiente do que a existência de vários organismos policiais a atuar no mesmo cenário. Isso porque, segundo os que argumentam nesse sentido, haveria a quebra de entraves de comunicação, a uniformização de procedimentos e uma estrutura única capaz de suprir todas as demandas.

Mas será que isso é verdade? Será que, realmente, polícia única é sinônimo de Polícia mais eficiente? Parece-me que não. Ao menos esse não é o modelo adotado na comunidade internacional.

David H. Bayley, na obra *Padrões de Policiamento*, classifica as atuações dos órgãos de segurança pública em âmbito mundial em multiplamente coordenada, que é aquela em que existem várias instituições policiais, mas uma força policial atua sobre qualquer área; e multiplamente descoordenada, que é justamente o contrário, no qual a existência de várias forças...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Vou conceder-lhe mais 2 minutos, para conclusão.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** - Certo.

Como dizia, a existência de várias forças se faz de forma simultânea. Ele diz que todos os países adotam esse modelo de forças simultâneas com condutas semelhantes.

Só para se ter uma idéia, os Estados Unidos têm 25 mil organismos policiais funcionando simultaneamente; e a Bélgica, cujo território é muito menor do que o nosso, tem 2.359 unidades policiais. E não podemos, em momento algum, dizer que as forças policiais nesses países são ineficientes.

Um outro problema que se pode levantar é o seguinte. A atividade de polícia comporta uma série de peculiaridades. A atividade de polícia ostensiva e a atividade de polícia judiciária comporta um universo de atribuições que requerem, em toda a sua extensão, especialização.

Seria possível que uma entidade capaz de realizar todas as atividades pudesse especializar-se a ponto de prestar um serviço eficiente? Será que essa centralização de atribuições — olhem a quantidade de atribuições que temos — poderia ser desempenhada de forma eficaz e não geraria uma impossibilidade de controle? Uma das características do Estado Democrático é justamente a compartimentação de competências, para que uma complete a outra e uma controle



a outra. Assim ocorre com a divisão de poderes no Estado brasileiro e com a administração.

Mais produtivo seria adotarmos a idéia de especialização, de compartimentação, de segmentação: uma entidade realizando uma atividade de polícia ostensiva e outra realizando a atividade de polícia judiciária.

De fato, a Polícia Rodoviária já faz isso. Hoje já somos, de fato, a polícia ostensiva da União. Os dados mostrados pelo Inspetor Benites demonstram que atuamos cotidianamente nas rodovias, mas também fora delas em apoio a diversos outros entes justamente pela necessidade de uma força ostensiva que se faça presente de forma cotidiana.

Então, a grande questão é: seria mais produtiva uma força única ou uma segmentação? Esse era o ponto a que queríamos chegar.

As vantagens são muitas. A pluralização da atividade dá ênfase à especialização.

Vou passar para o quadro das vantagens, só para finalizar.

Por que seria vantajoso que a Polícia Rodoviária passasse a ser, de direito, a polícia ostensiva da União?

Primeiro: ela tem grande capilaridade. Estamos presentes em todo o território nacional. Se se vai ao extremo norte e ao extremo sul do País, haverá um policial rodoviário, haverá uma instalação da Polícia Rodoviária Federal.

Segundo: temos atuação uniforme. A formação do policial obedece a padrão nacionalmente unificado.

Terceiro: um aparelhamento logístico diferenciado.

Quarto: a rapidez na mobilização de deslocamento de policiais. Há pouco tempo, antes da Força Nacional, tínhamos o GPE, que podia ser mobilizado e atuar em qualquer local do País.

E, ainda, a hierarquia horizontalizada, o que facilita a mobilização e a atuação.

Então, é importante refletirmos sobre o fato de que a polícia não pode continuar a ser apenas, de fato, a polícia ostensiva da União. É necessário que ela passe a ser também de direito, não para mudar um panorama, mas para adequar a legislação a um reclame social.





Senhores, dado que o tempo é curto, não vou tomar mais o tempo de ninguém. Apenas queria deixar esses pontos para discussão e agradecer à Comissão o espaço que foi aberto.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Eduardo Siqueira Campos. Não sabia que o ex-Governador de Tocantins era tão novo assim.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** - É só a aparência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - É só a aparência. Acho que os parâmetros vitais e médicos estão devidamente tranquilos e estabelecidos.

Agradeço ao Sr. Pedro Cavalcanti, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Pernambuco.

Informo que contamos com a presença de mais um prestigioso Parlamentar desta Casa, representante do povo do Acre, ex-Secretário de Segurança, Fernando Melo.

Passo a palavra ao último expositor, Sr. Luiz Antonio de Sá, membro do Conselho Nacional de Saúde, por 15 minutos.

**O SR. LUIZ ANTONIO DE SÁ** - Primeiramente, bom-dia a todos. Em nome do Conselho Nacional de Saúde, queremos agradecer ao Sr. Presidente o convite para aqui nos fazermos presentes e representar o Conselho Nacional de Saúde, que, desde de ontem, e continua hoje, realiza a sua 185ª Reunião Ordinária.

Queremos informar que nós, dentro desse conselho, representamos a CEPA, a Confederação Espírita Pan-Americana, e que estamos aqui à disposição para contribuir naquilo que for possível na discussão de tão importante assunto.

Em nome do Conselho Nacional de Saúde, queremos parabenizar todos os profissionais que atuam direta e indiretamente na articulação e administração com vistas a fazer da melhor maneira possível esse belíssimo trabalho, que tanto beneficia a população brasileira.

Como em muitos aspectos esse trabalho envolve as questões ligadas à saúde, o objetivo de aqui estarmos, além de contribuir naquilo que for possível, com a nossa opinião, é colhermos os elementos necessários para levarmos à apreciação dos demais conselheiros, que, como falamos, participam, em anexo do Ministério da Saúde, da sua 185ª Reunião Ordinária.



É um prazer imenso participar desta reunião.

Esperamos poder dar a nossa cota de colaboração às discussões com o objetivo de estendermos esses elementos para que os demais conselheiros possam também apreciar tão importante assunto.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Sr. Luiz Antonio de Sá, membro do Conselho Nacional de Saúde.

Terminadas as exposições, iniciaremos os debates. Cada interpelante deverá fazer a sua formulação em, no máximo, 3 minutos, tendo os convidados igual tempo para responder. Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo de 3 minutos.

Concedo a palavra ao ilustre representante do povo do Distrito Federal, Deputado Major Fábio.

**O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO** - Na verdade, Sr. Presidente, somos representantes do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Não tenha dúvida. E da ilustre e querida Paraíba.

**O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO** - Exatamente.

Sr. Presidente, quero novamente parabenizá-lo pela iniciativa, a partir da idéia do Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Pernambuco, Sr. Pedro Cavalcanti. Mais uma vez, V.Exa. pôde trazer aqui aqueles que participam do dia-a-dia do combate ao crime e que muitas vezes não são chamados para discussão. Porém, graças a esta iniciativa estão aqui para falar de segurança pública.

Hoje, no Brasil, todo mundo entende de segurança pública. Às vezes, quando o soldado da Paraíba, que esteve 30 anos na polícia, vai falar sobre segurança pública, as pessoas não querem ouvi-lo porque acreditam que ele não conhece o assunto, apenas viveu algum tempo servindo sua instituição, e que quem entende de segurança pública são os intelectuais e não aquele que passa 24 horas no posto rodoviário federal, sofrendo as dores de ser um policial rodoviário federal no Brasil. Vimos aqui a apresentação de belíssimos números, mas muita gente não sabe como esses números foram conseguidos, a que preço esses números foram obtidos.



Tivemos a oportunidade de passar 20 anos servindo a Polícia Militar da Paraíba, com muito orgulho, e até 1 mês e poucos dias atrás lá estávamos realizando operações com os policiais rodoviários federais do meu Estado, no qual temos vários amigos da Polícia Rodoviária Federal.

O que me chamou a atenção no discurso do último palestrante foi a preocupação de não ser absorvido por algumas PECs. Como se trata de uma instituição tão bela e importante para o País, a Polícia Rodoviária Federal, parece-me um paradoxo. Estamos honrados com a belíssima apresentação da Polícia Rodoviária Federal do Brasil, mas ficamos a nos questionar: por que, não o medo, mas o receio dessa unificação? Quem é o autor? Quem são essas pessoas que pensam dessa forma? Será que eles têm autoridade para pensar assim? Será que eles têm a experiência do agente de segurança pública ou será que é mais uma idéia daqueles que não sabem verdadeiramente como combater o crime e fazer a segurança pública no País?

Nosso discurso tem sido um pouco repetitivo, mas acreditamos no ditado que diz: *“Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”*. Acredito que devemos discutir segurança pública da forma como tem sido discutida nesta Comissão, sob a Presidência do Deputado Raul Jungmann. Segurança pública tem que ser discutida como um todo. Temos trazido representantes de todas as instituições. Acredito que as polícias militares vão estar aqui também para discutir suas atribuições. Acredito que a Polícia Ferroviária Federal também vai ter o seu espaço aqui para discutir, porque talvez esteja em uma situação não mais com medo de ser absorvida, mas já está absorvida pelo sistema de segurança pública do País. Estão tentando ocupar esse espaço, tentando — desculpem-me — ressuscitar dentro do sistema de segurança pública.

Sr. Presidente, sou apenas uma voz da Polícia Militar da Paraíba, das polícias militares do Brasil, mas acredito na importância da Polícia Rodoviária Federal. Sei da sua importância porque trabalhei em parceria com a Polícia Rodoviária Federal. Parece que estamos vivendo em um país onde as instituições precisam estar constantemente brigando por suas atribuições e competências para aumentar efetivo, para serem vistas como as outras instituições. E parece que realmente tem



que ser feito da forma como estão fazendo nesta manhã, comparecendo, para que possam forçar o Poder Executivo a olhar para as polícias da mesma forma.

O que estamos vendo é que tem que haver representação. Parece que aqui as coisas são resolvidas com representação. Estou dizendo isso porque apresentei requerimento em que pedimos a apensação de PECs que tratam de assuntos correlatos, análogos a segurança pública. Tive o meu pedido indeferido e entrei com recurso, porque acredito que segurança pública no Brasil tem que ser discutida como um todo.

Acho que a Polícia Rodoviária Federal tem que ter o mesmo valor da Polícia Federal. Acredito que a Polícia Militar tem que ter o mesmo valor da Polícia Civil. *(Palmas.)* Acredito que não podemos discutir salário de soldado de polícia sem discutir salário de coronel de polícia. Não acredito que podemos discutir salário de delegado da Polícia Federal sem discutir salário de inspetores da Polícia Rodoviária Federal. Polícia e segurança pública têm que ser discutidas como um todo. Acredito que os agentes penitenciários devem ter também sua participação nessa discussão.

Também estamos pedindo para que volte a ser discutida na Comissão de Segurança Pública uma PEC que está para ser votada e que diz respeito ao Termo Circunstanciado — TC, pois não entendemos por que o agente de segurança, não só o das polícias militares, mas também o das polícias rodoviárias, não pode lavrar o Termo Circunstanciado. Muitas vezes, o policial rodoviário federal tem que andar entre 150 e 200 quilômetros para lavrar um Termo Circunstanciado. Acho que deve ser como ocorre no Rio Grande do Sul, onde o soldado da polícia lava o TC. O soldado da polícia, não o coronel, não os oficiais da polícia, mas o agente de segurança pública, o soldado de polícia militar do Rio Grande do Sul lava o TC.

Precisamos dar celeridade e desburocratizar a segurança pública e a polícia judiciária no País.

São essas as minhas palavras. Deixo-as não como pergunta, mas como questionamento, como reflexão.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Deputado Major Fábio, nós é que agradecemos a V.Exa. a intervenção a um só tempo apaixonada e



qualificada de alguém que conhece e milita na área e que, ao mesmo tempo, tem disposição e boa vontade de apoiar as boas causas.

Peço desculpas, porque hoje estou acima da média no que se refere a erros. Acho que esse erro se credita à discussão daquele projeto do Deputado Alberto Fraga, está lembrado? Na minha cabeça, como o Deputado Alberto Fraga tornou-se Secretário de Transportes e V.Exa. estava discutindo um projeto de S.Exa., pensei — sabe Deus por quê — que V.Exa. era o suplente dele. Foi isso que gerou o mal entendido. Peço desculpas.

**O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO** - Na verdade, sou pernambucano, seu conterrâneo, que representa a Paraíba.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Só falta ser rubro-negro, para a festa ficar completa.

**O SR. DEPUTADO MAJOR FÁBIO** - Sou tricolor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Ninguém é perfeito. O que se pode fazer? Mas isso, evidentemente, não é problema.

Gostaria de convidar para fazer uso da palavra o ilustre Deputado Mauro Lopes, do PMDB, para as observações de quem pertence ao corpo, ainda que hoje não esteja na ativa, e que foi o seu primeiro Diretor-Geral de carreira.

**O SR. DEPUTADO MAURO LOPES** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não farei nenhum questionamento. Primeiramente, quero parabenizar o Sr. Siqueira Campos, que é jovem, sábio e competente. Com referência à unificação de polícias, também sou contra. Os Constituintes de 1988 foram sábios. Quero lembrar o ditado: *“Cada macaco no seu galho”*. O art. 144 da Constituição definiu as atribuições das polícias, cada uma nas suas atividades específicas. E acho que isso não deve ser alterado.

A Polícia Rodoviária Federal completa 80 anos de existência neste ano de 2008. Em 1928 ela começou pequena, na Rio—Petrópolis. Hoje possui abrangência no País inteiro e com diversas atividades. Ela acompanhou a evolução, o crescimento do País e com ele evoluiu. Não há necessidade de unificação. Ela tem competência, tem 80 anos de experiência para exercer suas atividades específicas, não só de patrulhamento; são atividades mais abrangentes agora, com o policiamento.



Por isso, quero enfatizar a PEC que já foi discutida e aprovada em todas as Comissões pertinentes. Agora só precisa ir ao Plenário para ser aprovada. Ela já ganhou número: PEC nº 248, de 2004. Não há mais qualquer questionamento.

É fundamental acrescentar na Constituição, além do que ela já estabelece quanto ao patrulhamento, a atividade de policiamento. Se formos analisar a Constituição, veremos que estamos quase usurpando a competência nela estabelecida, mas é uma necessidade, pois o Brasil cresceu e o volume de trânsito aumentou.

O mesmo ocorre com os médicos. Cada um atua na sua especialidade. Quem faz o parto é um médico, mas, na hora da necessidade, aparece uma pessoa sem experiência, vai lá e ajuda a fazer aquele parto. Assim é a Polícia Rodoviária. Há necessidade de sua presença nas rodovias. O maior corredor de delitos, de crimes que ocorrem são as rodovias federais.

Então, temos necessidade premente de aprovar essa PEC, porque ela vai dar legalidade à Polícia Rodoviária Federal em todas as atividades de policiamento, vai dar legalidade a tudo o que ela já está fazendo, como apreensão de drogas, prisão de criminosos etc. Já está tudo pronto, não há mais problema algum. A PEC já foi aprovada em todas as Comissões sem nenhum questionamento. Já passou pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, já passou por esta Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Viação e Transportes. Agora, é só ir ao Plenário.

Nosso Presidente tem grande experiência e conceito neste Congresso. Sou um grande admirador do Deputado Jungmann. E a Polícia Rodoviária tem um grande aliado ao nosso lado para que possamos ser contemplados com a alteração da Constituição. Faço esse pedido a V.Exa., Sr. Presidente. Estou aqui realmente emocionado, contando com sua ajuda para que possamos ir ao Presidente Arlindo Chinaglia e, com a maior brevidade possível, aprovar a alteração na Constituição para que essa polícia continue crescendo a cada dia.

Em recente medida provisória emitida pelo Presidente, S.Exa. criou mais de 3 mil cargos para a polícia. Ainda é pouco, mas melhorou muito. Vamos passar a ter mais de 13 mil cargos na polícia. Ainda é pouco, porque precisamos chegar, no mínimo, a 20 mil cargos, se Deus quiser.



Faltou constar na medida provisória o terceiro grau, o que foi um erro tremendo. Temos que tentar alterar isso na hora em que a MP estiver sendo votada. Vamos fazer emendas nesse sentido para atender a esse nosso desejo.

Encerro, Sr. Presidente, parabenizando V.Exa. e o Sr. Pedro Cavalcanti pela iniciativa de realização desta audiência pública tão relevante.

Todo o País vai tomar conhecimento — porque está sendo gravado e vai constar dos Anais desta Casa — da grandeza da Polícia Rodoviária Federal, de que faço parte enquanto vida tiver. Meu coração estará pulsando Polícia Rodoviária Federal.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Quero, em primeiro lugar, agradecer as palavras de um generoso companheiro, com a força maior, evidentemente, que tem o Deputado Mauro Lopes pela sua representatividade, trajetória e conceito dentro desta Casa. Tenho certeza de que seu coração ainda vai pulsar ao lado da Polícia Rodoviária Federal por muito tempo, pelo menos torcemos por isso.

Gostaria de conceder a palavra a um ilustre representante do povo do Acre, que muito recentemente perdeu uma grande Ministra, por quem tenho amizade. Mas isso, como dizem, são outros quinhentos.

Concedo a palavra ao ilustre representante do PT do Acre, meu amigo Fernando Melo.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO** - Muito obrigado, Sr. Presidente, pela concessão da palavra. Quero pedir desculpas por ter chegado atrasado, mas não poderia deixar de me pronunciar neste momento importante que vive esta Casa, quando está recebendo um grupo de pessoas que eu digo que são os defensores da vida no trânsito e que colaboram muito com nossa sociedade, os policiais rodoviários federais.

Como o Presidente antecipou, não gosto de falar sobre isso, mas fui Secretário de Segurança do meu Estado e não tenho qualquer vínculo com nenhuma polícia. Não sou do Ministério Público, não sou da Polícia Civil ou da Polícia Militar, tampouco da Polícia Rodoviária Federal ou Federal. Não tenho qualquer vínculo com o setor.



Fui convidado pelo Governador para ser um gestor na área de segurança pública. Exerci por quase 4 anos essa função. E o fiz desprovido de qualquer vaidade e sem qualquer corporativismo para defender A ou B dentro do sistema de segurança pública.

Identifiquei durante esse meu período um grande problema na área de segurança: o corporativismo. Entendo que o corporativismo deve existir, é uma coisa boa defender o que é seu, esse é um princípio geral, mas não podemos deixar que ele extrapole e passe por cima dos interesses da sociedade. Minha missão era ficar vigilante quanto a esses excessos.

O Deputado Major Fábio já saiu daqui, mas eu não concordo com a vinculação direta, como foi citado, de a lavratura do termo circunstanciado ficar restrita à Polícia Civil. Sou contra. Eu sempre dizia que a sociedade, quando precisa da polícia, não quer saber qual é a polícia, se é fardada ou não. E um procedimento simples como esse, que dá celeridade aos processos, deve ser feito por todos. Sou defensor disso. Conversei com o Deputado Major Fábio sobre isso. Há recente decisão do Supremo Tribunal Federal que considera procedimento legal as polícias militares, e acredito que qualquer polícia, fazerem a lavratura desse auto. Eu e o Deputado Major Fábio vamos fazer essa discussão nesta Casa, nesta Comissão de Segurança Pública, o fórum adequado para isso.

Estou ao lado da sociedade e vejo que a Polícia Rodoviária Federal também. A PRF tem dado uma contribuição muito grande. No ano passado, em uma audiência com o Ministro da Justiça, falei que deveriam ser melhoradas, e muito, pelo Estado, as condições da Polícia Rodoviária Federal, para que ela possa combater a violência no trânsito, que se tornou um caso alarmante.

Sou um aliado da Polícia Rodoviária Federal. Entendo do seu serviço e sei da sua importância para a sociedade.

Portanto, quero aqui me somar a todos para que as matérias de interesse da Polícia Rodoviária Federal sejam aprovadas no menor espaço de tempo possível. Quero me somar a esta nossa tentativa de convencer os nossos Líderes e o nosso Presidente de que essa PEC, que avança muito quanto aos direitos e às condições de trabalho da Polícia Rodoviária Federal, seja aprovada, e isso torne-se lei, para





que o Executivo possa fazer sua parte e a Polícia Rodoviária Federal, em melhores condições, possa atender ao nosso povo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mauro Lopes) - Parabéns, Deputado Fernando. Tenho prazer de conhecê-lo e tê-lo conosco aqui. Também fui Secretário de Estado de Segurança Pública pelo meu Estado, Minas Gerais, e tive a alegria de exercer a missão da Polícia Rodoviária Federal por 35 anos, vestindo essa bela farda. Concordo plenamente com V.Exa. A Polícia Rodoviária Federal — PRF já está lavrando o termo circunstanciado há muito tempo, e muito bem, e é inclusive aceito pelo Poder Judiciário, tudo direitinho. Isso é um avanço. E é uma alegria tê-lo conosco aqui, nesta Comissão, para que possamos avançar bastante em segurança pública no País, porque precisamos realmente dar melhores condições de trabalho às polícias, não é? Como eu disse anteriormente, na Constituição, os Constituintes de 1988 foram sábios, colocando cada macaco no seu galho, mas com suas competências; de modo que vamos avançar muito, com a sua experiência, aqui no Congresso.

E aproveito agora esta oportunidade de voltar a palavra à Mesa, se algum dos membros aqui quiser fazer algum pronunciamento.

**O SR. MARCELO APARECIDO MORENO** - Eu gostaria, Sr. Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Mauro Lopes) - Então, com a palavra Coordenador Marcelo.

**O SR. MARCELO APARECIDO MORENO** - Sr. Deputado Mauro Lopes, todos os demais presentes, complementando tudo que já foi exposto no campo operacional pelo nosso Vice-Diretor, Coordenador-Geral de Operações, pela brilhante exposição também do Sindicato de Pernambuco, conduzido pelo Presidente Pedro Cavalcanti, pela apresentação do nosso colega Siqueira Campos e pelas intervenções pertinentes, nós gostaríamos de ressaltar, de enfatizar o que foi dito, no sentido de que todo programa de governo — e estamos falando aqui em ações de segurança pública no âmbito da União, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do conjunto, do plexo de atribuições que ele hoje desempenha, temos exatamente de ter bastante claro isso —, todo programa de governo tem de partir de uma demanda, de um clamor da sociedade.



Eu acho que não foi a mais adequada a forma em que se foram construindo os textos normativos e a própria Constituição para o fortalecimento da instituição Polícia Rodoviária Federal. Talvez isso não se tenha dado da melhor forma possível. Cada vez mais temos ouvido esse clamor, não só da sociedade, mas de todos os órgãos do próprio Governo, das outras forças. Há que se diagnosticar e detectar que há um espaço, um campo cada vez maior de clamor social para o combate da criminalidade, que passa muito fortemente pelas rodovias, mas que também, em decorrência dessa mesma criminalidade, amplia-se e toma uma dimensão cada vez maior.

É nesse sentido que vamos ressaltar, em complemento ao que foi apresentado, algumas questões sobre as vantagens estratégicas que a Polícia Rodoviária Federal apresenta, e na linha dos planos de segurança pública do atual Governo, tanto o SUSP quanto, agora, o PRONASP, que têm o escopo de fazer com que as Polícias da União, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, sirvam de indutores de políticas de segurança pública para os Estados — porque há previsão legal de exercerem esses entes essa competência de segurança pública. Com isso, cada vez mais se necessita de que haja o fortalecimento, a modernização institucional desses órgãos, e a Polícia Rodoviária Federal, para isso, necessariamente precisa fortalecer-se cada vez no campo legislativo, no aparato constitucional e infraconstitucional, para que isso possa acontecer com maior ênfase, como já acontece.

A Polícia Rodoviária Federal atua em mais de 61 mil quilômetros de rodovias federais, e isso traz esse contexto da capilaridade, da amplitude da área de atuação, como um ponto bastante interessante. Quando se comenta a unificação, a segmentação, vemos que o mais importante é haver uma cadeia hierárquica horizontal. Quer dizer, temos aí a Medida Provisória nº 415/08. Dos desafios que nos têm sido colocados é um bom exemplo essa medida provisória, que combate a venda de bebidas ao longo das rodovias.

Ficou bastante clara, desde a edição da medida provisória, pela atuação imediata, pela resposta imediata da Polícia Rodoviária Federal, ficou bastante clara a capacidade de estrutura do órgão, em âmbito nacional, de rapidamente responder a esse clamor, obtendo o mapeamento de todos os pontos, a notificação de todos



esses locais de venda, e dando resposta rápida a essas notificações com o que nós chamamos de horizontalização, exatamente em virtude desse cargo único, o de policial rodoviário federal, permitindo que o policial, o agente lá na ponta, que é aquele representante da sociedade que está detectando aquela irregularidade, tenha condições de definir, de resolver o complexo problema de atribuições que a ele já são conferidas. Isso é bastante importante. E a atuação é padronizada. Isso não foi dito, mas a Polícia Rodoviária Federal possui 5 centros de formação, e está em vias de construir a sua academia de Polícia Rodoviária Federal, onde todo o corpo de instrutores será da própria instituição. De norte a sul, de leste a oeste, as diretrizes, as doutrinas e a uniformização dos procedimentos são dados pela instituição, e isso tem surtido bastante resultado.

Há a questão da mobilização operacional, como foi dito, e da logística implantada, porque é muito importante haver um órgão estruturado de governo, que possa rapidamente, com um comando diretivo, permitir que a logística aconteça e as ações sejam prontamente respondidas. Recentemente, inclusive, houve uma pesquisa, como dizemos, de sociedade. Diante dessa demanda, disso tudo que está sendo dito aqui, tanto partindo da Casa Legislativa quanto dos segmentos da sociedade, o Deputado Mauro Lopes com uma proposta de emenda à Constituição, foi feita uma pesquisa no Rio de Janeiro, pelo jornal *O Dia*, sobre a confiabilidade das polícias, e a Polícia Rodoviária Federal felizmente obteve um alto índice de aprovação. Foi a primeira em índice de aprovação, em relação a todas as forças. Isso deixa-nos otimistas. Não no sentido de segmentar, muito pelo contrário, mas entendemos cada vez mais que não cabe unificação. O papel do Estado, o dever do Estado para com a sociedade é integrar todo o seu aparato, toda a sua estrutura, dar condições tanto de efetivo como de modernização, para que a Polícia cada vez mais tenha efetividade nas suas ações, mas cada uma com sua especialidade.

Só para concluir, diante dessa premissa que se tem construído no Governo, de adotar esse modelo na União, achamos necessária esta reflexão: tem de haver um espelho daquilo que acontece nos órgãos executores de segurança pública no âmbito dos Estados, onde temos uma Polícia Judiciária, temos uma polícia ostensiva, no caso a Polícia Civil e as Polícias Militares, e cada vez mais o que estamos constatando é o crescimento dessa demanda, desse clamor, provocado por



diversos segmentos — isso fortalece-nos, engrandece-nos —, de que também no âmbito da União, além da Polícia Judiciária, tarefa desenvolvida pela Polícia Federal, há necessidade de fortalecer cada vez mais as ações de polícia ostensiva.

Concluo aqui esta observação, complementando o aspecto operacional que já tinha sido mostrado sobre a nossa instituição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Nós agradecemos.

Quero indagar ao Plenário o seguinte: temos aqui uma representação da Polícia Ferroviária Federal, e foi-nos feito o pedido de que 1 representante dessa Polícia pudesse fazer uso da palavra. Indago ao Plenário, a Mauro e a Fernando, se estariam de acordo se um representante da Polícia Ferroviária fizesse uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO MAURO LOPES** - Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - O.K., Fernando? Então, eu queria convidar um representante para sentar-se aqui, e vou conceder-lhe 10 minutos para fazer suas observações. Peço também que, para efeito de registro, decline seu nome e seu posto.

**O SR. EDUARDO COIMBRA** - Meu nome é Eduardo Coimbra. Sou policial ferroviário de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Cumprimento o Presidente Deputado Raul Jungmann, meu amigo Deputado Mauro Lopes, o Deputado Fernando, do Acre, os componentes da Mesa, os amigos policiais ferroviários, os irmãos e amigos ferroviários, junto com quem começamos esta luta.

Quero parabenizar a Polícia Rodoviária pelos seus 80 anos e dizer que a nossa imperial Polícia Ferroviária faz, no dia 26 de junho de 2008, 156 anos de existência. Foi criada pelo então Imperador D. Pedro II, pelo Decreto nº 641, de 26 de junho de 1852. E, como a Rodoviária, também as nossas histórias são semelhantes; caminhamos juntas lá na Constituinte. Nossas atribuições também emanaram de uma emenda popular. Nós, ali na Central do Brasil, na Praça da Estação lá em Belo Horizonte, colhemos assinaturas. Portanto, nossa história é semelhante, e estamos também no Título V, Capítulo III da Constituição, *Da Segurança Pública*, no art. 144, inciso III: “*Polícia Rodoviária Federal*”, órgão



permanente, estruturado em carreira, que se destina, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo nas ferrovias federais, à semelhança da Polícia Rodoviária Federal. É a nossa luta.

Faço aqui a lembrança dos nossos antigos. Eu, apesar da pouca idade, também sou antigo na Polícia Ferroviária Federal, e havia lá nossos amigos antigos da Polícia Rodoviária Federal, com que caminhávamos juntos: o inspetor Benites; Marques está ali, e não mudou nada na luta; Carrijo; Júnior, do Rio Grande do Sul; Lídio, Alberto, aquela turma nossa lá de Belo Horizonte.

Pois bem, eu agradeço a oportunidade de falar. Não vou ocupar o tempo todo. Temos pouco a dizer. Eu queria dizer aos presentes que gostaria de ter apresentado aqui hoje um gráfico semelhante ao da Rodoviária, mostrando aquilo que fizemos e fazemos, mas infelizmente, por omissão — porque dependemos de uma ação de governo —, por omissão do Governo nós não temos hoje para apresentar um gráfico daquilo que fazemos. Mas não posso perder a oportunidade, Deputado Jungmann, de fazer este registro.

E por que o fazemos? Tivemos a oportunidade de dizer ao Ministro da Justiça, tivemos a oportunidade de dizer ao Vice-Presidente, que é conterrâneo nosso, no exercício da Presidência, e vamos dizer ao Presidente da República que todo plano nacional de segurança pública no Brasil está falho, porque não contempla as ferrovias. Não contempla as ferrovias!

Nós temos o cuidado de trabalhar muito bem em portos, aeroportos e rodovias, Deputado Mauro Lopes — que é um apaixonado, e é nosso amigo; caminhamos juntos desde seus tempos de Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Belo Horizonte, no primeiro mandato de Deputado; como Diretor estávamos juntos lá; como nosso Diretor também, quando assumiu a Secretaria de Trânsito, isso nos anos de 1990. Trabalha-se bem nos portos e aeroportos, rodovias; mas e as ferrovias, Deputado?

De ferrovias, hoje, temos no Brasil hoje 29 mil quilômetros; com o PAC, estão previstos mais 5 mil — sem contar o advento dos trens-bala. E hoje existem, na mão de particulares, verdadeiros corredores de trânsito ferroviário. Posso citar um exemplo: Corumbá-Santos, em Corumbá, na fronteira. E os nossos amigos policiais rodoviários aqui podem ajudar-nos dizendo quando foi que eles participaram de uma



*blitz* para parar um trem de um comboio mínimo, de 100 vagões, que transporta 40 mil quilos de carga por vagão, partindo de uma região dessas.

Então, essa é uma tese que defendemos. Não tenho gráfico de prisões, não tenho gráfico de ações, e isso não quer dizer que nós não atuamos, na nossa limitada região, com a nossa limitada atribuição. Atuamos, sim. A Polícia Ferroviária Federal remanescente é atuante, é resistente, é de ferro, porque resiste. Resiste! Mas a União, num erro de planejamento ferroviário no passado — não vou entrar em detalhes, porque todos os Governos, desde o Governo Sarney até esse atual, têm-nos ajudado, têm-nos recebido e compreendido —, mas por um erro de planejamento de transporte no Brasil, achou-se de conceder as ferrovias. Não existe ferrovia privada no Brasil; existe ferrovia concedida. É tudo da União, inclusive o trilho que passa de um Estado para o outro. Entendo que é até matéria de segurança nacional, porque passa o trilho de um Estado para o outro, passa de uma fronteira para outra, Deputado. No Sul, os trens que circulam na ALL, na Argentina, passam do Brasil para a Argentina como nós passamos desta sala para a outra!

Mas entenderam que, com as concessões, a atuação da Polícia Ferroviária Federal ficaria mínima, restringindo-se aos trens de transporte de passageiros e às ferrovias que seriam administradas ainda pela União, em administração direta, da mão da União, e viveram com essa mentalidade até o Governo do Presidente Lula. E os concessionários, por desconhecimento, aceitaram isso, e ficaram cuidando apenas de segurança de patrimônio, mas não em nível de segurança pública. Não existe uma política de segurança pública nas ferrovias brasileiras.

Nestes meus 20 anos de atuação como representante da Polícia Ferroviária Federal, como agente de Polícia Ferroviária, como Chefe de Departamento de Polícia Ferroviária em Minas Gerais — é o cargo maior, e eu tive a graça de ocupá-lo —, a primeira vez que vi a Polícia Federal atuando em uma ferrovia foi lá em Carajás, agora. Nunca! Nosso amigo, amigo do Deputado Mauro Lopes e meu, Agílio Monteiro, com 38 anos de Polícia Federal, foi Diretor-Geral aqui em Brasília, numa audiência pública perguntei-lhe: “*Agílio, quantos anos de Polícia você tem?*” Ele respondeu: “*Tenho 38. Vou aposentar-me como Diretor-Geral.*” Continuei: “*E quantas vezes você atuou na ferrovia como policial?*” Ele disse: “*Nunca*”. Perguntei por quê, e ele respondeu: “*Porque os guardas da Central estão lá*”. Estão lá!



Então, eu vim aqui, nesta tarde, para parabenizar a Polícia Rodoviária Federal, porque para nós ela é um exemplo. Começamos juntos. Por política de Governo não continuamos juntos, apesar de eu entender, até juridicamente, que nossos direitos são semelhantes. São iguais! Distinta é a atuação, mas os direitos são iguais! Começamos juntos, mas, por política de Governo, nós fomos esquecidos. Esquecidos! E digo mais: em um efetivo separado. No Ministério dos Transportes, na época, um efetivo separado! Era para termos ido para o Ministério da Justiça, junto com a Rodoviária, e ficamos esquecidos, porque naquela época, para a política de governo, era interessante não mexer com a Ferroviária. A ferrovia precisava ser concedida daquela forma. Mas é um risco para o Brasil!

Graças a Deus, o Presidente Lula entendeu isso. Estivemos com o Presidente, que determinou que o Sr. Ministro da Justiça Tarso Genro constituísse um grupo de trabalho. Esse grupo foi constituído, emitiu um relatório, uma proposta para a regulamentação da Polícia Ferroviária Federal nos moldes da Rodoviária, e tem representante do Ministério da Justiça, do Ministério do Planejamento, do Ministério dos Transportes, do Ministério das Cidades, e representantes policiais ferroviários; temos lá o prazer e a honra de ter como representante da Polícia Rodoviária Federal o inspetor Ricardo Max. E esse grupo de trabalho, como informação, Deputado Jungmann, encerra seus trabalhos dia 3 de junho. Está sendo encaminhado esse relatório ao Sr. Ministro, para que seja apresentado ao Sr. Presidente. Esperamos ser recebidos pelo Presidente dia 26 de junho, na data do nosso aniversário, para que essa distorção, em nível de segurança pública do Brasil — porque estamos em 23 Estados do País —, seja corrigida, para se poder dizer de fato que o Brasil tem uma política de segurança pública eficaz, porque os corredores ferroviários tem de estar incluídos nela.

Eu vi ali o Inspetor Benites apresentando as cargas de maconha, de *crack*, de cocaína, de armas, e deixo uma interrogação: quantas toneladas de cocaína, de maconha, de armas, podem ser transportadas num trem, num corredor particular? Quantas? Essa é a nossa defesa.

Eu digo mais: as administrações ferroviárias, as concessionárias, organizadas na Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários — ANTF, entendem hoje que as ferrovias não têm como crescer no Brasil sem a reestruturação. E digo mais



ainda: não se trata da criação da Polícia Ferroviária Federal, não! Ela existe desde D. Pedro II, que criou primeiro a Polícia, e só 4 anos depois criou a ferrovia. Só em 1856 é que ele criou a ferrovia. Primeiro ele criou a polícia. Pois as concessionárias entendem que não há mais como o Brasil crescer em termos de ferrovias sem a Polícia Ferroviária Federal.

E aqui, nesta Comissão, a Comissão de Segurança Pública, deixamos nosso apelo, nossa solicitação, este alerta com relação à segurança pública no Brasil, no sentido de que olhem pela ferrovia, olhem pela Polícia Ferroviária Federal, por zelo pelo País.

E agradecemos ao Presidente, e aos companheiros rodoviários, que sempre foram nossos amigos. Temos amigos dentro da Rodoviária. Quando caminhamos aqui nestes corredores, por estes 20 anos, e quando nos encontramos em nossas cidades, ou na própria rodovia, quando nos identificamos como policiais rodoviários federais, somos recebidos com abraços. Ao Deputado Mauro, que é nosso amigo pessoal e companheiro de luta, faço este agradecimento, a todos os senhores, e deixo como última palavra o apelo: olhem por nós, porque somos heróis da resistência.

Ainda estamos resistindo, mas eu não sei até quando.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO MAURO LOPES** - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado. Agradeço ao ilustre representante da Polícia Ferroviária Federal, e concedo a palavra ao Deputado Mauro Lopes.

**O SR. DEPUTADO MAURO LOPES** - Serei breve. Conheço bem a história. Eduardo é um lutador fantástico, conceituado, honrado. Conheço-o há muitos anos. O problema é o seguinte: a Polícia Ferroviária Federal tem cabeça e não tem corpo. Quer dizer, criou-se a Polícia, ela está no art. 144, ela tem o cargo de diretor-geral, tem tudo, mas não tem corpo, porque não tem efetivo. Seu efetivo, do tempo da Rede Ferroviária Federal, era celetista. Então, ela não tem corpo.

Diante disso, precisamos envidar esforços aqui nesta Comissão. Quero propor a V.Exa. que, se puder, crie um grupo de trabalho, para que possamos





reivindicar junto ao Governo providências. Basta, como a Constituição já a contempla, apenas o Governo abrir um concurso público, e — quem sabe? —, se pudesse, por medida provisória, qualquer coisa assim. Porque fere a Constituição, é difícil, mas tem de haver uma mudança. Eles não poderão passar para estatutários. Há um parecer, mas ainda não conseguiram, porque é inconstitucional. Mas já criar, ou já fazer um concurso público para criar o corpo da Polícia Ferroviária Federal, isso seria um grande avanço, e depois caberia ver se poderiam ser contemplados esses já existentes, que estão aí, há mais de 20 anos trabalhando.

Portanto, somo-me aos senhores neste esforço todo. Estou aqui ao inteiro dispor, Eduardo. Leve aos seus colegas lá a minha preocupação também, e vamos envidar esses esforços, sob a Presidência do nosso eminente Deputado Raul Jungmann, para que possamos ajudá-los, porque é uma necessidade, já que as ferrovias estão desguarnecidas porque foram concedidas. No caso das rodovias federais, elas foram concedidas, mas a Polícia Rodoviária Federal está lá! A segurança pública é nossa; então, a ferrovia foi concedida, mas a segurança pública é da Polícia Ferroviária Federal, e ali realmente pode estar ocorrendo inclusive evasão de receitas, uma série de coisas acontecendo e passando ali despercebidas, porque não há policiamento ferroviário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Obrigado, Deputado Mauro Lopes.

Eu indago aos Srs. José Altair Gomes, Pedro Cavalcanti e Luiz Antônio de Sá se querem complementar, se querem dizer alguma coisa a mais.

Tem a palavra o Sr. José Altair Gomes Benites.

**O SR. JOSÉ ALTAIR GOMES BENITES** - Bem, só quero agradecer a V.Exa., Sr. Presidente, aos demais Parlamentares, aos nossos colegas, esta possibilidade de discutirmos, de avançarmos nesta discussão da questão da polícia ostensiva, que é o objetivo desta reunião.

Pelos números mostrados, é desnecessário detalhar que a Polícia Rodoviária Federal na verdade já faz esse trabalho de polícia ostensiva. Não nos cabe aqui dizer, como instituição, se isso deve ser feito. O canal competente é exatamente o Parlamento brasileiro, que criou nossa Polícia Rodoviária Federal. Mas eu acho que



isto é importante. Siqueira foi feliz nas suas considerações: isto vai abrir uma discussão mais ampla, e estamos realmente determinados a melhorar, a avançar. Acho que isto é para o bem da Nação, e temos certeza de que podemos cumprir esse papel, desde que ele nos seja dado por iniciativa ou do Congresso Nacional, ou do próprio Executivo, já que não nos cabe pleitear isso, porque é uma decisão de governo.

Era o que queria deixar registrado. Mais uma vez, agradeço a todos, aos nossos colegas, que estão presentes até o momento, porque realmente precisamos fortificar, fortalecer a instituição.

Colegas da Polícia Ferroviária Federal, temos particularmente acompanhado a luta dos senhores. Embora eu nunca tenha sido sindicalista, faz muitos anos que exerço chefia, eu também acho que isso é importante, e acompanhamos esta luta. Temos certeza de que os senhores terão sucesso nessa empreitada, que é justa e necessária. E com certeza vencerão pela persistência, pela determinação de continuar a luta. Não desistam. Contem com nosso apoio, como irmãos, para que possamos avançar nessa questão que, sabemos, já está bem encaminhada, e muito bem. Pela competência dos senhores, terá bons resultados.

Era isso. Agradeço, e coloco nossa instituição à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Muito obrigado, Sr. José Altair Gomes.

Indago aos Srs. Pedro e Luiz Antônio se querem fazer alguma complementação.

Por favor, fique à vontade.

**O SR. PEDRO CAVALCANTI** - Quero agradecer a todos os companheiros da Polícia Ferroviária Federal a presença. Como policial rodoviário federal, estamos junto com os senhores. Agradeço aos colegas, aos coordenadores, chefes de policiamento, representantes dos sindicatos e policiais, e digo-lhes que a mudança da Polícia Rodoviária Federal se faz com a presença dos senhores aqui. Deixo-lhes mais esta mensagem.

Agradeço ao Deputado Raul Jungmann, Presidente desta Comissão, Deputado pernambuco, rubro-negro. Também sou rubro-negro, Deputado. Não



quero fazer nenhuma menção aos presidentes anteriores desta Comissão, mas sei que o tema da segurança pública hoje é difícil de se resolver. É um tema muito complicado em nosso País, e acredito que também no mundo. Mas sei que V.Exa. está à altura do tema. Acompanho sua trajetória política, e sei que esta Comissão está muito bem representada. Agradeço o espaço, e espero que o Sindicatos de Pernambuco — sei que V.Exa. é um Deputado muito exigente —, espero que tenhamos feito uma apresentação à altura da expectativa de V.Exa., e — quem sabe? — que tenhamos conquistado espaço para outros eventos desta natureza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Bem, estamos encerrando esta audiência pública, e eu queria, em primeiro lugar, agradecer as presenças muito honrosas. Eu conversava há pouco com Altair, e ele dizia-me que temos aqui representadas aproximadamente 20 Unidades Federadas. Então, 20 Estados estão aqui presentes. Evidentemente, sentimo-nos muito honrados com a presença de todos os senhores e senhoras aqui, e queremos agradecer a cada um e a todos. Agradecemos também aos representantes da Polícia Ferroviária Federal a presença. Conhecemos sua luta, e não é de hoje, já há bastante tempo. Agradecemos aos Deputados Mauro Lopes, Fernando Melo e aos demais que aqui se fizeram presentes. Agradeço à Mesa, aqui tão bem representada na figura dos senhores expositores.

Quero dizer o seguinte: primeiro, eu não vejo — e Mauro e Fernando podem corrigir-me — energia, iniciativa, disposição desta Casa de realizar a fusão entre Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Honestamente, não acredito que isso prospere. E não prospera não porque aqui e ali não possa existir alguma iniciativa. Não prospera porque a Polícia Rodoviária Federal tem um conceito nesta Casa, e eu não sou o único a partilhar dele. Então, na verdade, não pode prosperar por aquilo que os senhores são, por aquilo que os senhores fazem da Polícia Rodoviária Federal. Não acredito, mas vamos estar alerta, e não vamos, efetivamente, permitir, porque não concordamos, porque entendemos que, na verdade, a soma seria subtração; ela representaria a perda de uma experiência histórica e de uma contribuição da maior importância.

Em segundo lugar, nestes tempos de globalização, a questão das comunicações, dos transportes, ou seja, tudo aquilo que implica fluxo de informação,



de pessoas e mercadorias é absolutamente estratégico. A globalização pode ser também entendida como uma enorme aceleração do fluxo de pessoas e transportes de mercadorias. É uma maneira de entender modernamente a globalização. Muito mais importante, talvez, do que se ter controle especificamente de território, é ter controle sobre o fluxo das pessoas, das mercadorias e das comunicações.

Então, nesse sentido, abrir mão da experiência que os senhores têm acumulada ao longo de todo esse período evidentemente é um contra-senso. Na verdade, seria um crime não apenas contra a segurança, mas contra a soberania e a democracia no Brasil. E isso, tenho certeza, esta Casa, em que pesem seus equívocos, e sabem os senhores dos equívocos muitas vezes cometidos por esta Casa, mas ela nunca, justiça seja feita, atentou contra a soberania deste País ou contra as instituições democráticas. Quando isso aconteceu, veio de fora para dentro. Não nasceu aqui dentro o ímpeto totalitário ditatorial. Isso nunca aconteceu aqui dentro desta Casa. Evidentemente, pode haver um ou outro dos seus representantes que não são democratas. Isso acontece em qualquer lugar, não é, Mauro? Mas nenhum atentado à democracia acontece aqui.

Quanto à questão da força ostensiva da União, como eu conversava aqui com Pedro, nós estamos iniciando um processo. Na verdade, a porta de entrada desta Casa é a audiência pública. Quando se faz audiência pública, essa Casa debruça-se sobre um determinado problema. A audiência pública quer dizer o seguinte: a Casa quer entender melhor, a Casa quer conhecer, para formar uma opinião. Então, esta é a porta de entrada para toda uma caminhada, e eu acredito que ela foi realizada a contento. Agora, como disse Pedro aqui e outros mais, nós temos uma segunda e uma terceira etapas. Vai chegar o momento em que vamos chegar a um projeto, se assim entendermos, a um projeto especificamente, seja de emenda, seja de projeto de lei, que vise contemplar esse desejo, essa vontade dos senhores e senhoras aqui presentes.

Mas quero dizer que da minha parte, no que me toca, e tenho certeza de que da parte de Mauro, de Fernando e dos demais, os senhores podem contar conosco. Estaremos juntos, não apenas no sentido do reconhecimento, da atualização das funções e atribuições, pois ficou muito claro aqui o papel, o esforço significativo que as senhoras e senhores têm desenvolvido. Ficou muito claro, está feito o registro, e



isso foi feito de maneira meridiana e clara, mas também fica clara a necessidade de uma atualização dessas atribuições, e sobretudo de que se dê a cobertura jurídica legal, evidentemente legislativa, para um propósito como esse.

Então, tanto estamos atentos na defesa daquilo que representa a Polícia Rodoviária Federal, não permitindo que ela venha a desaparecer numa soma que na verdade é uma subtração, isso desde já fica absolutamente claro, como estamos dispostos a prosseguir nesta caminhada, juntamente com os demais companheiros que aqui se encontram, no que diz respeito ao reconhecimento das atribuições e da aspiração da nossa Polícia Rodoviária Federal. Os senhores podem contar conosco, com esta Comissão.

Quero dizer ainda à Polícia Ferroviária Federal que nós entendemos que procedem as suas preocupações. Não é a privatização do setor, ou de parte do setor, que representa, digamos assim, o descaso, ou a não responsabilidade da União, no que diz respeito à instituição, muitíssimo pelo contrário. Então, quero dizer que também estamos juntos nessa luta.

E, por fim, quero agradecer à Secretaria, a todos aqueles que trabalham aqui na Comissão, que fazem esta Comissão. Muito obrigado, Ana, Kátia, Marta, Ricardo, que também aqui se encontra. E quero dizer que estamos aqui abertos a outras solicitações, a outras propostas, àquilo que se faça necessário para que nossa querida, estima e reconhecida Polícia Rodoviária Federal possa cada vez mais fortalecer-se, porque tenho certeza que o fortalecimento dos senhores é o fortalecimento de todos nós.

E no que diz respeito a mim, pessoalmente, quero dizer que quando vejo a Polícia Rodoviária Federal, quando a encontro por aí afora, eu sempre tenho um sentimento de gratidão, de reconhecimento, e sinto-me seguro quando estou efetivamente, digamos assim, sob a proteção, sob orientação dos senhores. Os senhores efetivamente são uma das instituições neste País que tem um elevadíssimo grau de reconhecimento. Isso é um enorme patrimônio, não só dos senhores, da corporação, mas de todo o País. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Melo.



**O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO** - Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar, acho que, só para fazermos um desfecho melhor, gostaria de sugerir a V.Exa. que convidasse todos os presentes, os amantes aqui da Polícia Rodoviária Federal, para batermos uma fotografia, para marcamos este momento muito importante, desta Casa e da Polícia Rodoviária Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann ) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO MELO** - E, complementando, também quero dizer que unificação, não; agora, integração, sim, integração de todos os órgãos de segurança, numa informação conjunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raul Jungmann) - Claro. Não há a menor sombra de dúvida. O Deputado Fernando Melo deve ter um coração rubro-negro (*risos*), tão boas e bem posicionadas são suas palavras.

Evidentemente, estão todos convidados para virem aqui, para que possamos celebrar este momento e registrá-lo.

E, nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos; antes, porém convoco reunião ordinária para a próxima terça-feira, dia 20 de maio, às 14h, no Plenário 5, para deliberação de proposições constantes em pauta a ser divulgada.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.